

Parecer nº 116/99

Data: 1999.07.14

Processo nº 644

Requerente: Comissão de Acesso aos Documentos do Hospital do Conde de Bertiandos.

1. A sociedade de Advogados Antonino Antunes & Maria Augusta Antunes enviou, ao Administrador do Hospital acima identificado, requerimentos subscritos por duas clientes, sinistradas em acidente de trânsito e tratadas na unidade hospitalar em causa, solicitando, com vista à instauração de acção judicial para efectivação de responsabilidade civil por tal acidente:

- Fotocópias autenticadas de todas as folhas do seu processo clínico, nomeadamente Ficha de Urgência, Ficha Clínica, Ficha do Relatório Operatório, Relatório do Diário Clínico, Notas do Pessoal de Enfermagem, Registos das Consultas de Ortopedia e quaisquer outros documentos que façam parte do seu processo clínico.

A sociedade de advogados solicitou, com a anuência escrita das clientes, o seu envio directamente para o seu escritório.

Em um desses requerimentos a interessada identificou o seu médico assistente.

2. A instituição responsável pelo acesso pede parecer sobre:

- a) Natureza médica ou não dos documentos solicitados para efeitos de acesso;
- b) Necessidade de invocação ou não de interesse directo e pessoal por parte das requerentes sinistradas, para poderem aceder ao seu dossier clínico;
- c) Obrigação de o requerimento das sinistradas serem acompanhados de requerimento de acesso elaborado pelo médico intermediário ou suficiência de indicação de médico e morada;

3. Vejamos:

- 1º Os documentos em causa são de carácter nominativo do tipo clínico;
- 2º A este tipo de informações tem, em geral, acesso o próprio sinistrado, através de intermediação médica, sem invocação de qualquer interesse ou razão;
- 3º A exigência de intermediação médica não impõe que se junte um requerimento de acesso de um médico, pois basta indicar o nome desse médico que fica habilitado a aceder directamente à informação solicitada;
- 4º Os advogados, devidamente credenciados, podem aceder à informação solicitada, sem intermediação médica, fazendo directamente o requerimento à instituição hospitalar, sendo terceiros em relação ao problema clínico;
- 5º No caso em apreço, a sociedade de advogados pede que os documentos em causa sejam enviados para o seu escritório a fim de intentar acção judicial e junta requerimentos concordes das próprias sinistradas, o que deve entender-se como uma autorização de acesso que, de qualquer modo, já constaria implicitamente das faculdades do procurador forense.

Tudo visto:

O Hospital do Conde de Breiandos deve enviar directamente à sociedade de Advogados Antonino Antunes & Maria Augusta Antunes os documentos de natureza médica solicitados no requerimento das sinistradas em questão (Isabel Cristina Martins de Miranda Cerqueira e Maria Nazaré Fernandes da Silva), sem exigência de qualquer intermediação médica e sem necessidade de mais requerimentos ou motivações.

Aprovado na sessão da CADA de 30 de Junho de 1999.

Castro Martins (Presidente) – José Magalhães – Francisco de Brito – José Renato Gonçalves – Branca Amaral – João Labescat